

Citricultores brasileiros querem securitização dos custos agrícolas

A reunião entre políticos, citricultores e representantes da citricultura de São Paulo, da Bahia e de Sergipe, em Bebedouro, resultou na elaboração de proposta cuja principal reivindicação está na securitização dos custos agrícolas. Estima-se que as dívidas do setor cheguem a R\$ 1 bilhão.

A união de forças surtiu efeitos com a realização de audiências no Ministério da Agricultura, na Comissão de Agricultura da Câmara, na região centro-oeste de São Paulo e na instauração de uma CPI na Assembleia Legislativa de São Paulo, proposta pelo deputado Luiz Carlos Gondim, para investigar o suposto cartel da indústria de suco.

O depoimento de um ex-industrial ao jornal Folha de São Paulo, denunciando o cartel das indústrias reforçam o que, há



União – Representantes da citricultura paulista, baiana e sergipana, durante audiência promovida pela Associtrus, na Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro (EECB).

anos, é explicitado pela Associtrus e renovam as esperanças de que as investigações na SDE (Secretaria de Direito Econômico)

sejam encerradas e encaminhadas para julgamento no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). **(Pág. 3)**

Presença na entrega de título a Reinhold Stephanes

O presidente do Conselho da Associtrus, Renato Queiroz, participou da solenidade de entrega de título de Cidadão Honorário da SRB (Sociedade Rural



Prestígio – Ao lado direito de Reinhold Stephanes, o presidente do Conselho da Associtrus, Renato Queiroz, e demais lideranças do setor rural brasileiro.

Brasileira) ao então ministro Reinhold Stephanes, em São Paulo, dia 26 de março. Na ocasião, Renato parabenizou Stephanes por sua manifestação de preocupação com o suposto cartel das indústrias de suco de laranja no país, ao jornal Valor Econômico. “Fiz

questão de agradecer o então ministro Stephanes pelo apoio ao produtor ao manifestar sua opinião sobre o cartel em um veículo tão conceituado como o Valor Econômico”, diz Renato que, aproveitou a oportunidade para fazer contato com várias lideranças, inclusive com o presidente da CitrusBr, Christian Lohbauer. “Ele disse estar disposto a iniciar novas negociações. Vamos esperar pelo contato”, finaliza Renato.

Audiência reforça apoio político



A opinião unânime dos participantes da audiência pública realizada dia 24 de março pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural é de que Estado deve criar políticas públicas voltadas para os produtores de frutas cítricas.

Medidas urgentes, como a renegociação das dívidas e o recebimento de seguro rural em caso de pragas e doenças fitossanitárias constam das propostas. **(Pág. 8)**

O silêncio da cumplicidade e a conivência com o malfeito



Por **Flávio Viegas**

São Paulo de um ex-fabricante de suco que confirmou as denúncias feitas à SDE e que deram origem à Operação Fanta. Na entrevista, é citado nominalmente o maior empresário do setor como líder do cartel, e o denunciante afirma, entre outras coisas, que o objetivo do cartel "era jogar todo o ônus possível do negócio para o agricultor, permitir a compra da matéria-prima [a laranja] em condições que o cartel determinasse" e que o cartel continua atuando até hoje.

Nenhuma das afirmações do denunciante é nova, mas ajuda romper o silêncio e a cumplicidade de certos setores que ainda insistem em acobertar o cartel.

Essa denúncia coincide com a liberação do último dos lotes recolhidos na Operação Fanta: os documentos apreendidos na

Depois de quase duas décadas de atuação do cartel e de lutas da Associtrus, começam a desmoronar as últimas barreiras construídas com o silêncio da cumplicidade e a conivência com o malfeito.

Alguns órgãos da grande mídia já começam a repercutir a denúncia feita em entrevista à Folha de

Citrovita, empresa do Grupo Votorantin que, só agora, após quatro anos, teve cassada a liminar que impedia o acesso da SDE aos documentos.

Cabe agora à SDE encerrar a investigação do cartel e enviar ao CADE para julgamento, porém, estranhamente, na última renovação do conselho do CADE foram nomeados três conselheiros que se declaram impedidos de julgar o caso e isso impede que o órgão tenha "quorum" para realizar o julgamento. Ainda, mais inexplicavelmente ainda, o Ministério da Justiça está pretendendo antecipar a recondução de dois dos conselheiros impedidos, o que pode retardar o julgamento do caso por mais dois anos!

Os dados publicados pela Secretaria da Agricultura dão conta que 179 mil ha de citros foram erradicados na região de Ribeirão Preto e coincidentemente essa é a área que, pelas estimativas da Associtrus, corresponde aos 90 milhões de árvores plantadas pela indústria. O cartel apropriou-se desse patrimônio, graças aos preços baixos pagos aos citricultores e ao subfaturamento das exportações.

Os prejuízos dos produtores não se limitaram à perda dos pomares, restou ainda um enorme endividamento dos citricultores que, estima-se, pode atingir mais de um

bilhão de reais, o que eleva brutalmente o seu prejuízo.

Entendemos que cabe ao governo e à justiça, que não demonstraram capacidade de conter o cartel e em muitos casos foram cúmplices e coniventes com os esmagadores de citricultores, punir os responsáveis e indenizar os produtores prejudicados.

Ao lado das medidas que a Associtrus vem cobrando para restabelecer a concorrência no setor, reverter a verticalização da produção, aumentar a transparência das informações e distribuir a renda de maneira mais justa dentro da cadeia produtiva, assegurando a cada elo da cadeia uma renda compatível com os investimentos e riscos assumidos, cobramos uma securitização das dívidas dos produtores até que o caso seja encerrado.

O valor das dívidas dos produtores é inferior ao valor da diferença entre o preço de registro das exportações e o valor do suco a granel na Europa que supera US\$600 milhões por ano!

Os fatos tornam impossível que alguns setores das nossas instituições e da mídia continuem mantendo o silêncio da cumplicidade e a conivência com o malfeito que adotaram até agora.

Não deixe de participar! Associe-se

Solicite sua ficha de cadastro de sócio na sede da Associtrus, na rua Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.701-000 - ou pelo site www.associtrus.com.br

A contribuição quadrimestral é obtida multiplicando-se a estimativa de caixas a serem colhidas por US\$ 0,01 (um centavo de dólar). O valor resultante pode ser pago em três parcelas.

IMPORTANTE!

Identifique e confirme a sua contribuição.

EXPEDIENTE

Publicação bimestral da Associtrus

(Associação Brasileira de Citricultores)

Conselho Editorial: Diretoria

Produção, edição e fotos: Iha Comunicação

Tiragem: 6.000 exemplares

Divisão de jornalismo: Eduardo Iha e Carolina Iha

Diagramação: Juliana Iha

Associtrus - Associação Brasileira de Citricultores

Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.701-000 - Bebedouro - SP

Fone: (17) 3343-5180 Cel: (17) 9171-5480 - E-mail: associtrus@associtrus.com.br

Home Page: www.associtrus.com.br

DIRETORIA

Flávio Pinto Viegas, Douglas Eric Kowarick, Lenita Arruda Boechat e Charles Teixeira.

Para anunciar ligue (17) 3343-5186

Atividades da diretoria

19/2 – Reunião do Conselho Superior do Agronegócio, em São Paulo.

2/2 – Reunião em Brasília para discutir resultados e perspectivas para o agronegócio brasileiro.

3/2 – Presença na audiência pública sobre o Código Florestal, em Ribeirão Preto.

23/2- Reunião da Câmara Setorial da Citricultura, em Brasília.

26/2 – Reunião com produtores em Bebedouro.

19/3 – Reunião do Conselho Superior do Agronegócio, em São Paulo.

5/3 - Presença na Vara do Trabalho, em Matão.

16/3 – Assembléia Geral Ordinária da Associtrus, em Bebedouro.

19/3 - Audiência em Botucatu.

26/3 – Audiência com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em Brasília.

24/3 – Audiência pública, em Brasília. Assembléia Geral Ordinária da Credicitrus, em Bebedouro.

26/3 – Entrega de título de Cidadão Honorário da SRB (Sociedade Rural Brasileira) ao ministro Reinhold Stephanes.

31/3 – Às 14h, presença na posse do novo ministro da agricultura, Wagner Rossi. Às 20h, presença na comemoração aos 25 anos do Programa Cochran Fellowship.

X-5 Equipamentos Proteção



Luvas para colheita de laranja,
Conjuntos para aplicação de
Defensivos Agrícolas,
Caneleiras, Aventais,
Toucas tipo árabe e EPI's em geral.

Fabricando EPI's para Colheita de Laranja com Qualidade.

SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO AO CLIENTE:

(11) 3586-8700 / 2211-9070

www.xcinco.com.br

Atuação

Citricultores querem renegociar dívidas que chegam a R\$ 1 bilhão

Proposta elaborada em Bebedouro, durante encontro nacional, reúne indicações dos produtores de São Paulo, da Bahia e de Sergipe.

Encaminhada para os ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura e ao gabinete do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, a proposta elaborada pelo Grupo de Discussão sobre o Endividamento Citrícola, formado no dia 26 de fevereiro de 2010 em reunião na EECB, em Bebedouro. Na pauta de reivindicações: a securitização dos custos agrícolas "O mais urgente para o setor é a renegociação das dívidas. Precisamos ter recursos para aproveitar as boas perspectivas da safra 2010", diz o presidente da Associtrus, Flávio Viegas observando que o "Grupo de Discussões sobre o Endividamento Citrícola também reencaminhou aos ministérios a proposta do grupo formado na Câmara Setorial da Citricultura, em Brasília".

Em Bebedouro – O encontro promovido pela Associtrus reuniu citricultores e políticos paulistas, baianos e sergipanos. O secretário adjunto de agricultura de São Paulo, Antônio Júlio Junqueira de Queiroz, destacou a relevância do encontro declarando que "ao assinarmos a proposta, esperamos ganhar a atenção do governo federal para resolver, enfim, o problema da laranja. O secretário de agricultura da Bahia, Roberto Muniz, e o representante do Secretário de Agricultura de Sergipe, João Ferreira Amaral, ressaltaram que "na Bahia e em Sergipe os agricultores familiares enfrentam as mesmas dificuldades dos citricultores paulistas. Precisamos unir forças para conseguirmos a renegociação das dívidas, que chegam a R\$ 1 bilhão".

O deputado federal Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB) disse ser preciso aproveitar o ano político e cobrar o atendimento das reivindicações. Já o deputado federal Duarte Nogueira (PSDB) questionou pra onde vai o dinheiro resultante das exportações. "Só no passado, foram exportados US\$ 1,6 bilhão. Pra onde foi todo este dinheiro?". Os deputados

estaduais Davi Zaia (PPS/SP), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura, e Zico Prado (PT); o presidente da Amcisp, Dorival Sandrini; o presidente da Feraesp, Elio Neves; e o diretor de Agricultura e Meio Ambiente de Bebedouro, Weder Piffer; além de prefeitos e vereadores de São Paulo, de Sergipe e da Bahia deram apoio à proposta de securitização dos custos agrícolas.



Autoridades – Representantes dos governos de São Paulo, da Bahia e de Sergipe reunidos, em Bebedouro, para propor soluções para a crise da laranja.

Michel Temer promete apoio ao setor



Apoio – O presidente da Câmara, Michel Temer, e o presidente da Associtrus, Flávio Viegas.

Em visita a Bebedouro o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB), atendendo solicitação da

Associtrus e da Amcisp, disse que irá entrar em contato com as autoridades do Banco do Brasil com vistas a uma eventual renegociação das dívidas dos citricultores. O deputado também se comprometeu a levantar informações referentes às investigações de cartel que correm na SDE contra as indústrias de suco de laranja.

O presidente da Associtrus, Flávio Viegas, aproveitou a oportunidade para apresentar as propostas de renegociação definidas pelo grupo de discussão sobre o endividamento do setor produtivo em conjunto com a Câmara Setorial da Citricultura para o deputado estadual Uebe Rezeck, que acompanhava Michel Temer.

Ecolyptus
Mudas e Projetos em Eucalipto
Atendemos todo o Brasil
Fone: (17) 3561-7300
www.ecolyptus.com.br
Sitio Santa Izabel – Novals – SP

Lima Plás
Caixas plásticas para:
• Cesta
• Frutas, legumes e verduras
• Indústria e Comércio em geral
• Laticínios e Frigoríficos

Limeira/SP • Tel (19)3444.6591 / 7807.5895
contato@limaplas.com.br www.limaplas.com.br

Em defesa da citricultura paulista

Deputado Davi Zaia (PPS) coordena a frente parlamentar criada para lutar pelos direitos dos citricultores do Estado de São Paulo.



Dedicação – Deputado Davi Zaia apóia e representa os interesses dos citricultores na Assembléia Legislativa.

O entrevistado da 29ª edição do Informativo Associtrus é o deputado estadual Davi Zaia (PPS), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura. Funcionário de carreira do Banco Nossa Caixa e presidente da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul, no Legislativo paulista, Davi Zaia é o segundo vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, presidente da Comissão Permanente de Assuntos Metropolitanos, integrante da Comissão de Promoção Social e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Além de coordenar a Frente Parlamentares de Defesa da Citricultura, Zaia também está à frente da Frente Parlamentar do Cooperativismo Paulista.

Associtrus – A que o senhor atribui a crise na citricultura?

Zaia - A citricultura está em crise devido aos preços baixos pagos aos citricultores pela indústria de processamento de sucos. Os citricultores se queixam com razão que o preço pago pela fruta não cobre os seus custos de produção. Como resultado, há um endividamento muito grande de pequenos e médios produtores, o abandono da cultura da laranja, venda das propriedades, enfim, uma situação que está inviabilizando a citricultura paulista.

Associtrus - Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o ex-industrial da CTM Citros, Dino Tofini, expôs fatos que comprovam a

prática de cartel pelas indústrias. Como avalia este depoimento do senhor Tofini, que será inserido às denúncias que há anos são feitas pela Associtrus e às investigações que correm na SDE (Secretaria de Direito Econômico), em Brasília?

Zaia - É a confirmação do que muitos já sabiam e há muito vem sendo denunciado pela Associtrus. É uma denúncia muito grave, que deve ser apurada até as últimas consequências. Esperamos que elas conduzam ao sucesso das investigações.

Associtrus – O senhor acredita que há solução para o cartel das indústrias? Como o governo e os deputados podem trabalhar para colocar fim a este processo que há anos expulsa milhares de citricultores da atividade rural?

Zaia - Acredito que as investigações cheguem a um bom termo e que se estabeleça uma nova forma de negociação, sem imposição de um cartel, como vem ocorrendo. Governo e deputados devem continuar fazendo pressão política para condenar essa prática. Os citricultores, por sua vez, precisam

analisar alternativas para escoamento da produção no mercado interno, como políticas de incentivo ao consumo, valorização da produção de qualidade, o suco na merenda escolar, que já está sendo implementado por algumas prefeituras e outras iniciativas que levem a população a consumir uma maior quantidade de laranjas.

Associtrus - A Associtrus tem mobilizado citricultores de todo o Brasil no sentido de conseguir uma renegociação das dívidas do setor. Em fevereiro, a associação realizou um encontro nacional, em Bebedouro, e pôde comprovar que as dificuldades de São Paulo são as mesmas da Bahia, de Sergipe, entre outros estados produtores. Como os deputados paulistas podem articular ações conjuntas com os parlamentares destes outros estados produtores para conseguir algo de concreto por parte do governo federal?

Zaia - A Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura irá apresentar uma representação em nome da Assembléia Legislativa dirigida ao presidente da República, Ministérios e a outras autoridades do governo federal solicitando a renegociação das dívidas do setor de modo a contemplar a reinvidicação dos citricultores.

Associtrus - O senhor é o coordenador da frente da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura. Como estão os trabalhos do órgão?

Zaia - Acredito que avançamos bastante desde que assumimos a tarefa de coordenar a Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura. Do nosso trabalho na frente surgiu o projeto de lei da introdução do suco de frutas natural na merenda escolar, agora incorporado aos trabalhos de outra Frente Parlamentar, a da Defesa da Pequena e Micro-Empresa, dos contatos feitos com a Secretaria Estadual da Agricultura, o seguro contra o greening e o cancro cítrico e o fornecimento de máquinas extratoras de suco para as prefeituras implementarem o programa de suco de laranja nos municípios. A Frente também está empenhada na renegociação das dívidas dos citricultores e na articulação dos municípios produtores de laranja.

Associtrus – São Paulo tem feito sua parte? Quais as ações em benefício do produtor?

Zaia - Creio que a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, por meio da ação do secretário João Sampaio e de seu secretário-adjunto Antonio Júlio, tem dado claras demonstra-

ções de interesse em resolver as questões ligadas ao desenvolvimento da citricultura em nosso Estado. Podemos citar o seguro contra o greening e o can-

cro cítrico e agora o apoio ao programa de inclusão do suco de laranja na merenda escolar. É preciso dizer que sempre encontramos as portas abertas para discutir os problemas da citricultura e sempre fomos bem recebidos pela secretaria. Inclusive participamos de diversas reuniões lá, com a participação de todos os setores da cadeia produtiva da laranja.

Associtrus - Fique à vontade para demais considerações.

Zaia - Quero afirmar que continuo bastante empenhado e disposto a colaborar no que for necessário para ver o setor cítrico se recuperar da crise e voltar a experimentar um novo ciclo de desenvolvimento no Estado. A citricultura é de grande força da nossa economia e preciso valorizá-la e incentivá-la. Creio que o papel do parlamentar é o de usar a sua força política a favor das boas causas, sempre no intuito de contribuir para movimentar a economia, gerar renda e bem-estar para a população, com oportunidades de trabalho, moradia, educação e saúde, para que todos possam participar dos benefícios do desenvolvimento econômico e social do Estado.

“O papel do parlamentar é o de usar a sua força política para movimentar a economia, gerar renda e bem-estar para a população, para que todos possam participar dos benefícios do desenvolvimento econômico e social do Estado”.

Jurídico

Responsabilidade do Estado no controle fitossanitário

Por
Elaine C. Nadal
Advogada

Algumas informações têm sido veiculadas como se o Estado não tivesse sua parcela de culpa na disseminação de doenças fitossanitárias, como o greening. O Direito vem para dar amparo e segurança ao produtor e não apenas ser visto como meio de punição. É de conhecimento público que o governo vem dando assistência a outras culturas e áreas do agronegócio, uma vez que estas áreas não se intimidam em requerer do Governo uma atitude pro ativa em seu próprio benefício.

Ocorre, pois, que está havendo o esquecimento do fator "RESPONSABILIDADE OBJETIVA", a qual discrimina de quem era o dever inicial de proibir a entrada da doença e como ela se alastrou nos pomares. Há como o produtor simplesmente se ver protegido do psilideo transmissor? Há qualquer garantia de que uma vez exterminada a planta, não haverá outras plantas infectadas? E como será que fica a responsabilidade dos Municípios ante o fator hospedeiro? E os produtores não comerciais? Esses são apenas alguns questionamentos que devemos fazer antes de acusarmos nosso vizinho.

Ainda, com o alarmante surto de Greening ocorrido nos últimos tempos, vemos claramente que a extração não tem tido a eficácia que muitas vezes é buscada. Como forma alternativa, deveria ser buscada a convivência econômica com a doença.

Para que possamos responsabilizar um produtor, que trabalha e luta diariamente contra um inseto e ainda com o baixo preço da caixa-peso de laranja, temos que ter em mente não apenas o fator "a Lei disse que é passível de RECLUSÃO", são diversos fatos a serem analisados.

Precisamos analisar, inicialmente, se cabia a ele aquela responsabilidade, ainda que delegada pelo Poder Público,

qual sua participação efetiva no dano, qual a extensão do dolo.

No caso em análise, sabemos que a doença adentrou ao país por meio de uma planta infectada e em decorrência da falta do dever de cuidado dos Fiscais da Defesa Fitossanitária Portuguesa, a fiscalização foi falha e permitiu a entrada de material contaminado. Essa falha na fiscalização está colocando em risco todo um setor produtivo, gerador de uma das maiores riquezas e fonte de trabalho da nação brasileira. A União tem a responsabilidade de reparar os danos causados a terceiros por ação ou inação dos seus agentes. Problemas de omissão, abuso no exercício de função e outros tipos de falhas sempre existiram no serviço público, o que é perfeitamente plausível, dadas as características da administração pública, tanto do ponto de vista da sua complexidade quanto do seu gigantismo.

Entretanto, como forma de tentar se eximir de tal responsabilidade, o Estado tem delegado aos produtores o dever e a obrigação de fazer sua própria fiscalização, arcar com o prejuízo e, ainda, sem ao menos dar qualquer suporte ao produtor.

Dessa forma, por estarmos vivendo um momento crítico na citricultura, os produtores deveriam estar mais unidos do que nunca e verificar de forma um pouco mais aprofundada as informações que lhes são apresentadas, para que todo o setor tenha muito mais SUCESSO.

 **Fascitec Controladores Eletrônicos Ltda.**

PROGRAMADOR PARA IRRIGAÇÃO - NTI - AC

 **NTI-12**

Tecnologia nacional e assistência técnica **Fascitec Controladores**, com informações em português e baixo custo.

Controle de irrigação em estufas ou campo, controle de umidade e de temperatura.

Conheça este e outros equipamentos visitando o nosso site: www.facel.ind.br.

E-mail: vendas@facel.ind.br Fone/Fax: (11) 4109-9228

Utilize produtos de qualidade e garanta o sucesso da sua lavoura.



Insumos
Defensivos, ferragens, fertilizantes, adubos foliares, sensores, farelos, queijos, fitás, Milho emacado, rações, produtos veterinários, sementes entre outros.

Máquinas e Implementos
Tratores Valtra, Implementos Agrícolas, peças genitoras Valtra para trator ou implemento, máquinas de pequeno porte, lubrificantes, filtros, ferramentas, pneus multidanças e muito mais.

Fone: (17) 3344 3000



Na hora da colheita, invista em qualidade



A partir de **R\$ 9,80**

Caixa Agrícola Maxicaixa

- Maior resistência no fundo e nos alças
- Cantos internos arredondados para proteger os frutos
- Produzida em diversas cores

Para maiores informações entre em contato

MAXICAIXA

www.maxicaixa.com.br
Rua Nova de Novembro, 15
Limeira - SP | (19) 3444.1783

**gruta**
AGROPECUÁRIA

www.grutaagropecuaria.com.br
fsjgruta@uol.com.br

Fones: (19) 3451-0904 / 3441-9786
Fax: (19) 3495-2547



REDUZIMOS OS JUROS E ALIMENTAMOS O PRAZO. AGORA, É SÓ VOCÊ ESCOLHER O CARRO.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS CREDITRUS.

AS MELHORES PARCELAS E AS MELHORES TAXAS EM ATÉ **60 MESES.**

www.creditrus.com.br



Audiência em Botucatu reforça pedido de socorro dos citricultores

Mais de duzentas pessoas se reuniram dia 19 de março, em Botucatu, para discutir questões referentes à citricultura paulista.

O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura, deputado Davi Zaia (PPS), e o deputado federal Antônio Carlos Mendes Thame participaram do evento e reforçaram a importância da união de forças para cobrar soluções, principalmente, do governo federal.

O diretor da Faculdade de Ciências Agrônomicas (UNESP), Edvaldo Vernini, cobrou respeito ao agronegócio brasileiro. "O Brasil empresta dinheiro ao FMI e financia a construção de metrô em Caracas (Venezuela). Este dinheiro saiu das divisas do agronegócio do Brasil. É preciso respeitar o citricultor", disse.

O prefeito de Botucatu, João Cury Neto (PSDB) anunciou que o município passará



Na UNESP Botucatu – Audiência reúne lideranças do setor produtivo citrícola e parlamentares em busca de soluções para a crise motivada por preços baixos, verticalização do mercado e problemas fitossanitários.

a fazer parte da Amcisp e que começará a introduzir o suco de laranja na merenda escolar, graças à doação de uma máquina extratora de laranja pela Secretaria de Agricultura.

O diretor de agricultura de Botucatu, Márcio Campos, observou que "atualmente Botucatu possui 7 milhões de pés numa área de 16 mil hectares. A tendência é de

expansão da atividade na região, que envolve quase 100 produtores e empresários rurais".

Na audiência, aprovadas as sugestões:

- a) Acelerar a tramitação do pedido de securitização da dívida dos citricultores;
- b) Estabelecer preço de garantia da caixa de laranja para a indústria;
- c) Implantar, de imediato, o Consecitrus;
- d) Acelerar a tramitação do processo que investiga o cartel que atua na citricultura brasileira;
- e) Conter a verticalização das indústrias produtoras de suco de laranja;
- f) Acelerar a reorganização da Defesa Sanitária Vegetal do Setor Citrícola do Estado de São Paulo;
- g) Acelerar a regulamentação do Seguro Agrícola Contra o "Greening" e o Cancro Citríco, no Estado de São Paulo.
- h) Incentivar a inclusão do suco de laranja na merenda escolar.

A comissão organizadora da audiência contou com o apoio do professor-doutor Antônio Tubellis.

No Ministério da Agricultura

Através do apoio político do deputado federal Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB), o então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, recebeu o presidente da Associtrus, Flávio Viegas, dia 23 de março, em Brasília. "O próximo passo é entrar em contato com o Banco do Brasil, com o Ministério da Fazenda e com os demais órgãos responsáveis por soluções para a crise que assola o setor produtivo citrícola de todo o país", diz o deputado Mendes Thame, um dos maiores defensores do setor no cenário político federal.

Flávio Viegas participa da posse de Wagner Rossi

Presidente da Associtrus também vai a evento na casa do embaixador dos EUA.

Dia 31 de março, o presidente da Associtrus esteve em Brasília onde participou de dois importantes eventos: às 14h, posse do novo ministro da agricultura, Wagner Rossi e, às 20h, na residência do embaixador dos EUA no Brasil, Thomas A. Shannon, coquetel em comemoração ao 25º aniversário do Programa Cochran Fellowship.

Durante a posse de Wagner Rossi, Viegas pôde conversar com o novo ministro sobre a seqüência do que foi deliberado uma semana antes com Reinhold

Stephanes, ou seja, a renegociação das dívidas dos citricultores e as investigações de cartel que correm na SDE contra as processadoras. "Ele ficou de agendar uma reunião para discutirmos o assunto".

No coquetel na residência do embaixador Thomas A. Shannon, Flávio conversou com autoridades brasileiras e norte-americanas sobre os processos que correm nos EUA referentes à dumping e à atuação das processadoras de suco fora do Brasil. "Fizemos vários contatos importantes", diz Viegas.

SACOLAS AGUAÍ

Linha completa de EPI para colheita e demais atividades agrícolas

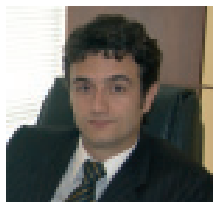
- Ensaçadores p/ laranja
- Sacolas p/ café sob medida
- Ensaçadores em tecido especial (Práticos na colheita para frutos de baixa viscosidade)
- Ensaçadores Tradicionais
- Alças sob medida
- Alças p/ sacos-caixa
- Lonas e fôrros especiais para caminhões sob medida (confeccionadas em polipropileno)

Soluções práticas e simples para a colheita do seu produto

Tecidos resistentes Acabamento especial

Fones: (19) 3652-1535 / (19) 9775-4449
Rua Alberto Neri Fukugasaki, 276 - Jardim Santa Úrsula - Aguiás - SP

Associados da Associtrus não precisam mais pagar Funrural



Por

Jeferson da Rocha

Advogado, tributarista, sócio integrante da Banca Felisberto Córdova Advogados.

De conhecimento público, e notório nos meios civis rurais, a irretocável decisão proferida pelo plenário da mais alta Corte de Justiça do país, que por unanimidade declarou inconstitucional a contribuição devida pelo produtor rural pessoa física destinada ao FUNRURAL, cobrança instituída pela Lei 8.540, de 22 de dezembro de 1992, que modificou a Lei de Custeio da Previdência Social (art. 25 da Lei 8212/91), tendo argüido o Eminentíssimo Ministro do STF Marco Aurélio de Mello, relator do recurso, que não há como deixar de assentar que a nova fonte deveria estar estabelecida em lei complementar, pelo que declarado inconstitucional o tributo até que lei nova venha e o regulamentar.

Coincidentemente, no mesmo dia em que o Supremo Tribunal Federal pôs fim à discussão, a ASSOCITRUS aforou, na defesa dos interesses dos seus associados, ação para discutir igual matéria, contenda em trâmite na Justiça Federal, na subseção de Ribeirão Preto/SP.

E, em face da decisão proferida pelo Supremo, para felicidade de todos os ruralistas agremiados, a pretensão liminar da ASSOCITRUS, consistente na imediata suspensão da exigibilidade do FUNRURAL, restou no dia 04 de março, deferida pelo Meritíssimo Juiz que preside a causa.

Desde então, portanto, os citricultores que integram a ASSOCITRUS já podem procurar a entidade ou a assessoria jurídica responsável pelo ajuizamento da ação, a Banca Felisberto Córdova Advogados (Fone: 48-3025 2728 ou 48-30256662), para habilitarem-se na liminar e deixarem, já para os próximos fatos geradores (venda de qualquer produto agropecuário), de contribuir para o FUNRURAL, ocasião em que serão notificadas as empresas adquirentes para que não mais retenham os 2,1% sobre o bruto comercializado, ou, ainda, garantirem que o valor descontado seja depositado em juízo até decisão final a respeito da validade do tributo.

Para suspender a exigibilidade da cobrança do FUNRURAL, o magistrado prolator da decisão, Ilmo. Sr. Juiz Federal Alexandre Alberto Bero, argumentou que em face do posicionamento firmado pelo colegiado do Supremo, a matéria posta passou a ser incontroversa. Louvável, portanto, o entendimento esboçado pelo digno juiz, já que seria inaceitável continuar a sujeitar o contribuinte ao pagamento de uma exação declarada, mesmo que apenas para partes identificadas (Frigorífico Mataboi), inconstitucional pelo órgão pleno da Corte Suprema. Além do que sabido a quão grave a crise por que passa a citricultura brasileira e o agronegócio como um todo, pelo que qualquer redução, da já massacrante car-

ga tributária é, e sempre será muito bem vinda, sobretudo para aqueles que produzem alimento, energia e geram divisas para este país.

E a briga permanece, pois o processo continuará seu trâmite, agora para que os entes tributantes devolvam aos produtores os valores indevidamente recolhidos nos últimos 10 anos do ajuizamento, razão pela qual as notas fiscais de comercialização dos produtos (fornecidas pelas empresas adquirentes) servirão – quando solicitadas – para comprovação dos recolhimentos e conseqüentemente para a confecção dos cálculos de restituição do Funrural.

Referidos documentos, cumpre destacar, já podem ser entregues na ASSOCITRUS ou na assessoria jurídica da entidade em Bebedouro, a fim de que os cálculos sejam iniciados. É importante ressaltar, mais uma vez, que os citricultores do Estado de São Paulo, agremiados a ASSOCITRUS, devem procurar a entidade para documentarem-se das decisões e, conseqüentemente, usufruírem plenamente da LIMINAR conquistada, seja para o depósito em juízo do tributo ou mesmo para suspensão da exigibilidade da exação combatida.

Nós do Escritório Felisberto Córdova Advogados estamos à disposição dos associados para prestar todo e qualquer esclarecimento acerca das demandas que envolvem o FUNRURAL e também o SALÁRIO EDUCAÇÃO (ações coletivas ajuizadas pela ASSOCITRUS em favor de seus filiados), através dos telefones (48) 3025-2728, (48) 3025-6662 ou ainda através de nosso site www.felisbertocordova.adv.br.



Universal Ind. e Com. de Equip. Alimentícios Ltda.
Telefax: (34) 3314-2300
www.universalequip.com.br
universal.equip@terra.com.br

Máquina de lavar caixas: capacidade 400, 800, 1.200 e 2.400 caixas hora.
Forma construtiva aço inox e aço carbono.



Máquina higienizadora e sanitizadora de caixas plásticas, seu controle de qualidade da lavoura começa aqui.

Frente Parlamentar apóia CPI para investigar cartel do suco de laranja

Proposta pelo deputado Luiz Carlos Gondim (PPS), Comissão quer obter informações sobre o cartel que esmagou os citricultores.

O deputado estadual Davi Zaia (PPS) usou a tribuna da Assembléia Legislativa para manifestar seu apoio, como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura, ao pedido de CPI protocolado pelo deputado estadual Luiz Carlos Gondim (PPS), que pretende investigar as denúncias de cartel, reafirmadas recentemente pelo empresário Dino Tofini, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo.

Na entrevista, o ex-proprietário da CTM Sucos, confessou ter participado de reuniões nas quais os preços pagos pela laranja eram acertados de comum acordo.

Em entrevista ao Informativo Associtrus, o deputado Gondim justifica a importância das investigações do cartel.

Associtrus - Por que o senhor decidiu propor a CPI para investigar o cartel da laranja?

Gondim - Em viagens constantes às cidades de Bebedouro, Pirangi, Taiaçu e Taiuva, notei que os produtores de laranja estavam trocando a citricultura pelo cultivo de cana-de-açúcar, pressionados pelo baixo preço imposto por grandes empresas que fazem o beneficiamento da laranja; com isso a receita proveniente da colheita não cobria as despesas geradas com o cultivo, causando prejuízos financeiros aos pequenos e médios produtores.

Associtrus - Qual sua relação com a citricultura e/ou os citricultores?

Gondim - Não tenho nenhuma relação com a citricultura, apenas conheço alguns produtores e ex-produtores de laranja, que relataram-

me os problemas que geraram o baixo preço pago na caixa de laranja e das dificuldades da fruta chegar à mesa do consumidor ou ao entreposto devido ao alto custo com mão-de-obra, pedágio e combustível.

Associtrus - Como vê a atual situação do pequeno e médio citricultor paulista?

Gondim - Avalio que enfrentam muitas dificuldades devido a manipulação de preços imposta por um grupo "suspeito de formar o cartel", o que é inconstitucional.

Associtrus - O senhor faz parte da Frente Parlamentar em Defesa da Citricultura? Como avalia a atuação do órgão?

Gondim - Não faço parte; mas respeito o trabalho desenvolvido pelos deputados membros.

Associtrus - Fique à vontade para demais considerações.

Gondim - E inaceitável que um Estado rico

como o nosso, com condições de gerar oportunidades para todos, permita a suspeita de formação de cartel e a monocultura.

Por várias décadas vimos que a monocultura não é viável, temos como exemplo o cultivo do café que imperou por muitos anos no Brasil, mas após a crise de 1929 com a queda da bolsa de Nova York, os produtores e beneficiários do café enfrentaram uma grande crise econômica.

Agora vemos citricultores investirem no cultivo de cana-de-açúcar. Isso tem sido muito comum em todo o Estado. Devemos avaliar essa situação com cuidado.

O que queremos como deputado é o melhor para o Estado de São Paulo e entendo que o suspeito cartel da laranja "esmagando" os pequenos e médios citricultores é um risco para a economia e a distribuição de renda.

Parlamentares defendem criação de políticas públicas para o citricultor

O Estado deve criar políticas públicas voltadas para os produtores de frutas cítricas, segundo opinião unânime dos participantes da audiência pública realizada dia 24 de março pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Proposta a adoção de medidas urgentes, como: renegociação das dívidas; recebimento de seguro rural em caso de pra-

gas e doenças fitossanitárias, como o cancro cítrico; restabelecimento da concorrência no mercado; e restrição à verticalização, a fim de evitar que as próprias indústrias financiem o plantio.

Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de frutas cítricas. No ano passado, o estado de São Paulo somou à balança comercial do país US\$ 1,6 bilhão com a exportação de suco de laranja industrializado.